

PARECER 18/2016/SA

Procuradoria do Instituto Estadual do Ambiente

CONSULTA. COBRANÇA PELO USO DE ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO EM ÁREA CIRCUNSCRITAS A UNIDADES ESTADUAIS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. RECOMENDAÇÕES.

Senhor Procurador:

I. Relatório

O presente processo administrativo, até o momento composto por 40 (quarenta) folhas, foi encaminhado a esta d. Procuradoria para a análise da viabilidade jurídica de cobrança pelo uso de água de domínio da União em área circunscritas a unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos.

Segundo ofício encaminhando pela GEAGUA, tal possibilidade foi apresentada como pleito submetido à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água (CTCOB) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). No momento da avaliação, foram apontadas necessidades de adequações, com o intuito, seja respeitado o Res. CNRH nº 48/05 e que a minuta fosse submetida a uma análise jurídica. Diante disto o Administrador apresentou, em fl. 35, os seguintes questionamentos:

- (i) A Resolução CNRH n. 48/05 deve ser aplicada a todos os Comitês (estaduais e federais) ou apenas aos comitês federais?
- (ii) No caso de inexistência de entidades delegatárias na área circunscrita, haveria a inviabilidade de aplicação dos recursos arrecadados? Se o órgão gestor exerce as funções de secretaria executiva do CBH e desde que o comitê seja o definidor dessas ações, poderá haver a aplicação de recursos?

- (iii) No caso deste tipo de cobrança proposto, há que se falar em delegação de competências entre entes federados? Caso positivo, a delegação deve estar prevista na minuta? A delegação poderá incluir outros instrumentos de gestão e deverá ser regulada por meio de convênio entre os entes federados?
- (iv) Em se tratando de delegação de gestão, é necessário que o CBH estadual submeta a sua metodologia de cobrança ao CNRH? E, em caso de alteração na metodologia, esta deverá ser submetida ao CNRH ou ao CERHI?

Insta esclarecer que já foi apresentado parecer (Parecer 21/2016/TDM) pela Gerência de Direito Ambiental respondendo especificamente sobre o primeiro item acima. Cabendo a Gerência de Contratos (GECONT), por meio deste instrumento, realizar a análise complementar da consulta ofertada a esta Procuradoria.

O exame requerido se limita aos documentos acostados e a legislação setorial sobre o tema. A tal respeito, os autos contam com os seguintes documentos: **(a)** Moção CERHI-RJ N° 009/2015, que tem como a finalidade de recomendar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos análise para definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas circunscritas a Unidades Estaduais Fluminenses de Gerenciamento de Recursos Hídricos em fls. 08-19; **(b)** documentos da CTCOB/CNRH em fls. 20-32; **(c)** Minuta da proposta de complementação de cobrança de recursos hídricos em fls. 33-34; **(d)** Ofício da GEAGUA solicitando parecer jurídico desta d. Procuradoria em fl. 35; **(e)** Parecer TDM n. 21/2016 em fls. 36-40.

É o relatório. Passo a opinar.

II. Fundamentação

➤ Resposta aos questionamentos

Tendo em consideração a recente manifestação da Gerência de Direito Ambiental (GEDAM) desta d. Procuradoria em resposta ao **item (i)**, desnecessário revisitar o tema do alcance da eficácia da Resolução CNRH nº 48/05. No âmbito do bem-lançado Parecer 21/2016/TDM, foi esclarecido que a eficácia da norma de segundo grau atinge não somente a esfera federal, como também os demais estados.

Assim sendo e dada a urgência da consulta, cumpre responder objetivamente aos demais questionamentos formulados pela Consulente.

- **Item (ii): no caso de inexistência de entidades delegatárias na área circunscrita, haveria a inviabilidade de aplicação dos recursos arrecadados? Se o órgão gestor exerce as funções de secretaria executiva do CBH e desde que o comitê seja o definidor dessas ações, poderá haver a aplicação de recursos?**

Antes de tudo, insta esclarecer o objetivo da Resolução CNRH nº 48/05 (**ANEXO**), que tratou de dar cumprimento ao inciso X do art. 35 da Lei nº 9.433/97. O ato normativo de segundo grau estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos nas diversas unidades hidrográficas espalhadas pelo País.

Assinado pela Presidência e pela Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o ato normativo de segundo grau dispõe sobre o conteúdo mínimo acerca do tema – notadamente no que diz respeito aos critérios e condições para a arrecadação e mecanismos para definição dos valores das cobranças etc.

A Resolução CNRH nº 48/05 traz normas gerais acerca de uma matéria, cuja competência legislativa é concorrente – a saber, recursos hídricos; logo, seus efeitos atingiriam todas as unidades estaduais, em princípio.

Todavia, merece registro o fato de que as normas, costumes e práticas administrativas regionais, implantadas pelos órgãos e entidades estaduais, não podem ser excluídas, uma vez que permanece a competência suplementar dos Estados, quanto à regulamentação das especificidades regionais.

O referido ato normativo, portanto, não interfere nas especificidades estaduais, consolidadas nas diversas bacias hidrográficas dessas regiões. Tampouco impede que os órgãos estaduais de recursos hídricos adotem soluções preventivas, consensuais ou cooperativas, no exercício de suas atribuições arrecadatórias. Ao contrário, uma das preocupações do Legislador da Lei 9.433/97¹ foi estabelecer, no art. 4º, a articulação entre União e Estados no gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, como uma das diretrizes fundamentais.

Com efeito, por tratar-se de uma política pública *integrada*, presume-se que as normas gerais que versem sobre qualquer matéria atinente a essa gestão de interesse comum sejam tão flexíveis quanto for possível, dando aos órgãos e entidades envolvidos autonomia e flexibilidade que se fizerem necessárias, conforme suas realidades.

Há modelagens ligeiramente distintas entre a organização dos órgãos e entidades de recursos hídricos, em sede federal e em sede estadual. Com vistas a responder objetivamente aos diversos questionamentos da consultante, importa examinar tais distinções.

¹ Lei federal que estatui a Política Nacional de Recursos Hídricos e as normas gerais que disciplinam o tema. É esse o diploma originário, que fornece os objetivos, as diretrizes e os instrumentos de tais políticas. Uma vez que o diploma estabeleceu uma unidade gerencial – qual seja, as bacias hidrográficas –, distintas da convencional (qual sejam a

A Lei fed. nº 9.433/97, norma geral e criadora da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece um determinado regramento para a arrecadação decorrente da utilização dos recursos hídricos.

Em nível federal, sua interpretação deve ser sistemática com a Lei fed. nº 9.984/00, instituidora da Agência Nacional de Águas (ANA), agência reguladora que participa da política de recursos hídricos federal, trabalhando de forma coordenada e em conjunto com os demais órgãos e entidades federais. Pois bem, no que diz respeito à cobrança pelo uso de recursos hídricos, dispõe a Lei fed. nº 9.984/00:

Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e **será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:**

IX – arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, na forma do disposto no art. 22 da Lei no 9.433, de 1997;

(...)

§ 6º A aplicação das receitas de que trata o inciso IX será feita de forma descentralizada, por meio das agências de que trata o Capítulo IV do Título II da Lei no 9.433, de 1997, e, na ausência ou impedimento destas, por outras entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. (grifou-se)

As “agências” mencionadas pelo § 6º, grifado, seriam as “agências de água”, que exercem a função de secretaria executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica federais, conforme a realidade das bacias hidrográficas. Os CBH foram disciplinados nos art. 41 e seguintes da Lei fed. nº 9.433/97. Cumpre assinalar que tais entidades ainda não teriam sido criadas, nem em sede federal, nem em sede estadual. Assim sendo, suas funções são comumente desempenhadas por entidades delegatárias

integrantes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, tanto em sede federal como em sede estadual.

Além disso, advém do art. 22 da Lei fed. nº 9.433/97, supracitada, que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados *prioritariamente* na bacia hidrográfica em que foram gerados, sendo aplicados **(i)** no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; e/ou **(ii)** no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do sistema nacional de gerenciamento.

Em nível estadual, por sua vez, a gestão dos recursos hídricos se distribui igualmente por meio de uma divisão especializada e repartida de competências entre diversos órgãos, que teriam sido estabelecidas pela promulgação da Lei est. nº 3.239/99² – norma geral da política pública estadual de recursos hídricos. Adiante-se que na maioria dos temas, houve simetria entre os diplomas estadual e federal, havendo, todavia, algumas distinções quanto a determinados institutos, que serão explicitadas, de acordo com a necessidade de resposta às perguntas formuladas.

A Consulente indaga acerca do procedimento adequado na hipótese de excepcional inexistência de entidade delegatária em bacia hidrográfica localizada nos limites do Estado do Rio de Janeiro. Pergunta-se: haveria viabilidade de aplicação dos recursos arrecadados diretamente pelo órgão gestor, na condição de executor das funções de secretaria executiva do CBH local (seria o caso, por exemplo, de uma bacia

² No âmbito fluminense, o tema da disposição das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos obviamente tem suas próprias nuances, de acordo com o princípio federativo, que estabelece a autonomia normativa dos entes da Federação. A norma mencionada tratou de lançar as bases da Política Estadual dos Recursos Hídricos, criando o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em consonância com o que dispõe o art. 43, integram o referido sistema: **(i)** Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI; **(ii)** o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI; **(iii)** os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH; **(iv)** as Agências de Água; e **(v)** os organismos dos poderes públicos federal, estadual e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos – entre os quais se insere o Inea.

hidrográfica estadual, na qual não haja entidade delegatária, e que comporte curso hídrico de titularidade da União. Questiona-se, em última instância, se seria possível a cobrança de tais receitas diretamente pelo INEA.

Pois bem, o art. 4º, IX, § 6º, parte final da Lei fed. nº 9.984/00 deve ser interpretada sistematicamente em relação ao entendimento consolidado por esta d. Procuradoria, para casos de excepcional ausência de entidade delegatária.

O dispositivo citado prevê que na ausência ou impedimento das agências de águas (ou das respectivas entidades delegatárias), a aplicação do produto da arrecadação pode ser feito por "outras entidades pertencentes ao sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos". Percebe-se que o intuito do Legislador foi exatamente o de viabilizar a aplicação das receitas pelo uso dos recursos hídricos – nos termos do art. 22 da Lei fed. nº 9.433/97. O mais importante para o fortalecimento das políticas públicas é a permissão de que o arrecadado seja investido e permita o desenvolvimento da gestão e ampliação da mudança de mentalidades e consequente proteção dos cursos hídricos.

Quanto à referida interpretação sistemática, deve-se atentar para o entendimento adotado por este órgão jurídico de consulta, para casos semelhantes, em que se evidenciou a ruptura de contrato de gestão, com determinada entidade delegatária³. Com efeito, apesar de inexistir previsão legal expressa sobre o **item (ii)**, seria possível aplicar por analogia o § 3º do art. 8º da Lei est. nº 5.639/10, permissivo legal que viabiliza a continuidade da arrecadação de aplicação das receitas diretamente pelo órgão gestor e executor da política de recursos hídricos em âmbito fluminense.

Portanto, a excepcional inexistência de entidade delegatária não impede a assunção das competências necessárias à continuidade da implantação das atividades

³ A tal respeito, v., por exemplo, os Pareceres 02/2016/SA e 84/2015/SA. Os casos trataram de necessidade excepcional de assunção das atribuições de uma entidade delegatária pelo INEA. Na primeira manifestação, examinou-se o incremento do órgão gestor e executor, a fim de atuar diretamente na gestão setorial. No segundo caso, a rescisão abrupta de um contrato de gestão celebrado entre INEA e entidade delegatária.

[assinatura]

pelo próprio INEA, caso o interesse público assim o exija. Todavia, recomenda-se que as autoridades competentes adotem as providências cabíveis para que, tão logo seja possível, as atribuições sejam desempenhadas pelas entidades originalmente definidas pelo microssistema de recursos hídricos para o exercício das atividades.

A inexistência de entidade delegatária em uma bacia hidrográfica não implicaria na inviabilidade de aplicação dos recursos arrecadados. Já a ausência de Comitês, sim⁴. De acordo com o entendimento mais apropriado da lei, as agências de águas só poderiam ser criadas em locais em que houvesse previamente comitês de bacias hidrográficas (art. 43, inciso I, da Lei nº 9.433/97), funcionando, inclusive na mesma área de atuação. A rigor, uma agência de águas deve atuar na mesma "área de atuação de um ou mais comitês de bacia hidrográfica".

Art. 42. As Agências de Água terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.

(...)

Art. 43. A criação de uma Agência de Água é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

II - viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

(Grifou-se)

O Legislador teria orquestrado uma série de atores nas políticas públicas de recursos hídricos, com a finalidade de incrementar a sua gestão. A centralização pode ocorrer excepcionalmente, mas é recomendável que não se consolide como uma conduta administrativa reiterada.

⁴ Nesse sentido, v. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 21ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2013. p. 585.

[Assinatura]

Em tempo, conforme bem lançado pela Consulente, é necessário que o respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) mantenha a atribuição de propor os valores a serem cobrados e aprove os critérios de cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica, submetendo-os à homologação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CERHI). No âmbito fluminense, o tema foi disciplinado pelos artigos 54, VII e art. 45, VIII, da Lei est. nº 3.239/99.

- **Item (iii) No caso deste tipo de cobrança proposto, há que se falar em delegação de competências entre entes federados? Caso positivo, a delegação deve estar prevista na minuta? A delegação poderá incluir outros instrumentos de gestão e deverá ser regulada por meio de convênio entre os entes federados?**

No tipo de cobrança proposto, haveria delegação de competência da arrecadação, haja vista que a cobrança pelo uso de recursos hídricos se correlaciona com o patrimônio do ente federativo em questão, i.e., a depender da titularidade do curso hídrico em jogo, federal ou estadual.

O produto da arrecadação pela exploração de um rio de domínio da União, por exemplo, é recurso a ela pertencente – que deve, portanto, se destinar aos cofres públicos federais ou a fundo por aquele ente administrado. A natureza jurídica de tais receitas pode ser classificada como “tarifa” ou “preço público” e – em que pese os respeitáveis entendimentos em contrário – tais recursos podem ser entendidos como receitas públicas em sentido amplo.

A tal respeito, importa destacar que a legislação não somente permite a transferência da atividade arrecadatória, como teria previsto providência que vai ainda

mais longe – a delegação da outorga. Como elucida a doutrina⁵, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos está sujeita à outorga, pois a lei preceitua que não poderia haver cobrança de atividades ou de obras clandestinas ou cujos usos não tenham sido outorgados. A comunicação aos titulares das atividades e obras, sujeitas a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, dependeria necessariamente da prévia comunicação.

Em nível federal, quanto aos corpos hídricos de domínio da União, a atividade é da alçada da Agência Nacional de Águas (ANA). A outorga dos direitos de uso das águas é um ato exclusivo do Poder Público, de acordo com a Lei fed. 9.433/97. Confira-se:

Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.

§ 1º O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

Ao que parece, o único intuito das entidades federais seria a delegação da competência administrativa meramente arrecadatória – o que, em princípio, estaria de acordo com a legislação setorial. A cobrança de tais recursos por entidades estaduais configuraria delegação de simples atividade administrativa de arrecadar, sendo uma manifestação do dever de cooperação – estabelecido pelo art. 4º da Lei que fixou normas gerais em matéria de recursos hídricos. Portanto, conforme exposto, as funções exercidas pelas agências de águas (ou respectivas entidades delegatárias) federais poderiam ser excepcionalmente assumidas pelo órgão gestor e executor estadual, desde que o interesse público assim o exigisse.

Quanto ao instrumento adequado para tanto, cumpre pontuar breves notas. Uma vez que a própria Lei fed. 9.433/97 traz a possibilidade de delegação da outorga,

⁵ Nesse sentido, v. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 21ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2013. p. 543.

bem como da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, não haveria a necessidade de maiores complexidades, no que diz respeito à escolha do termo devido.

Adiante-se que a simples Resolução por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) poderia viabilizar a referida delegação, conforme o art. 35, inciso I da referida Lei:

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

I - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários;

Além dessa possível solução, outra forma jurídica que poderia ser observada de forma subsidiária seria o instrumento de convênio, em virtude da transferência de receitas e em virtude da convergência de interesses e ausência de prestações opostas ou finalidade lucrativa. Nos polos do acordo estariam, de um lado, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e, do outro, a Agência Nacional de Águas (ANA), além da União, representada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

É importante que a União partilhe também os custos próprios da arrecadação, de forma que não venha a gerar encargos financeiros excedentes sobre a máquina administrativa estadual, sem que aquela os repare. Insta registrar também que todo o processo de elaboração de eventual minuta de convênio que envolva os órgãos estaduais de recursos hídricos e o INEA deve passar pelo controle e exame jurídico específico deste órgão jurídico de consulta.

Fora isso, o termo poderá incluir, ainda, outras previsões e medidas de gestão que se façam necessários para dar efetividade à cobrança, conforme o caso. A hipótese não traria prejuízo à política de recursos hídricos, em princípio, sendo mera manifestação da cooperação federativa entre os entes. Recomenda-se que todos os órgãos componentes da gestão de recursos hídricos sejam cientificados e respeitados

em suas atribuições garantidas por lei, apesar da presença exclusiva dos órgãos gestores e executores federal e fluminense, na celebração do instrumento.

- **Item (iv): Em se tratando de delegação de gestão, é necessário que o CBH estadual submeta a sua metodologia de cobrança ao CNRH? E, em caso de alteração na metodologia, esta deverá ser submetida ao CNRH ou ao CERHI?**

Os termos da delegação da arrecadação – que deverão ser expressamente fixados na **(a)** minuta da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; ou no **(b)** instrumento de convênio, conforme acima assinalado – cuidarão de estabelecer as regras da cobrança pela utilização dos recursos hídricos federais, transferida aos organismos estaduais.

Quanto à especificação da metodologia de cobrança da arrecadação delegada, adiante-se que o ideal é que tais critérios estejam expressamente previstos na Resolução editada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou na minuta de convênio, se for o caso.

O importante é que os órgãos componentes da gestão de recursos hídricos nos âmbitos federal e fluminense visem deliberar acerca dos detalhamentos técnicos relativos à arrecadação pelo uso dos recursos hídricos – incluída aí a metodologia –, dentro de suas esferas de competências. Após a definição dos limites de gestão, o resultado da decisão administrativa conjunta ficará definido na resolução ou no termo de convênio firmado. Com efeito, durante o tempo previsto no instrumento firmado vigorará somente o acordado entre tais entidades – a partir do fruto da deliberação técnica dos órgãos e entidades de cada unidade federativa.

[Assinatura]

Eventual necessidade de modificação dos critérios de arrecadação devem ser da iniciativa federal; além disso, devem preponderar os atos federais em tal apuração e recálculo, mantendo a paridade na forma do instrumento originário, quer Resolução, quer minuta de convênio (aditivo convenial, no último caso). Novamente, a racionalidade jurídica a ser empregada é a de que toda a modelagem da cobrança deve ser balizada sobre a titularidade do patrimônio em jogo; ou seja, deve ser avaliado o domínio do curso hídrico em questão, não havendo que se falar em deliberação – para a alteração dos cálculos de arrecadação pelo uso de recursos hídricos alheios – feita por entidade de esfera federativa diversa da que detenha a propriedade do curso hídrico.

Conclusão

Por tais razões, viável a cobrança pelo uso de água de domínio da União em área circunscritas a unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, desde que atendidas as orientações estabelecidas no curso deste parecer. Em síntese, as conclusões a que este pronunciamento chegou são as seguintes:

Item (ii): A excepcional inexistência de entidade delegatária em uma bacia hidrográfica não implicaria na inviabilidade de aplicação dos recursos arrecadados. Por conseguinte, não haveria vedação a arrecadação realizada diretamente pelo órgão gestor estadual, na condição de secretaria executiva do CBH.

Item (iii): Nos limites do que foi narrado pela consulta, ao que parece, está-se diante de mera delegação da competência administrativa arrecadatória. Todavia, nada obstará a possibilidade de transferência da

outorga propriamente, haja vista a permissão em lei. A delegação meramente arrecadatória, conforme proposto pela Consulente, poderia ser viabilizada por meio de simples Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou por instrumento de convênio.

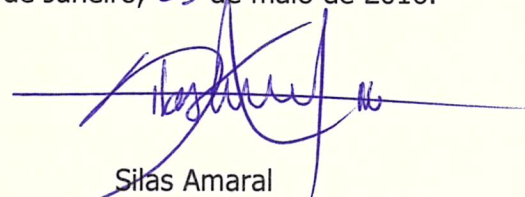
Item (iv): Quanto à metodologia de cobrança (na hipótese de delegação da capacidade arrecadatória da União para as entidades do Estado) devem prevalecer os cálculos de cobrança federais – que poderão estabelecer os mecanismos mais convenientes aos interesses da União; sendo perfeitamente viável, por exemplo, a adoção dos mesmos mecanismos já praticados no âmbito fluminense (conforme art.2º da minuta, a fls.34). Com efeito, é necessária a sujeição da metodologia de cobrança ao CNRH pelo CBH estadual (ou pelo INEA quando diretamente realize a arrecadação), haja vista que a titularidade do curso hídrico, ensejadora da arrecadação, seria da União. Além disso, eventuais alterações da metodologia de cobrança devem seguir o mesmo protocolo dos termos originais, quer por Resolução do CNRH, quer por instrumento de convênio.

No mais, informe-se que não foram analisados aspectos técnicos e econômicos financeiros por exorbitarem da seara do direito. Ao contrário, a análise se limitou aos aspectos jurídicos da contratação.

Em tempo, o presente parecer jurídico baseia-se nas informações prestadas pelos servidores nos autos do processo administrativo, as quais são dotadas de presunção de legalidade, legitimidade e veracidade, que somente pode ser elidida mediante prova em contrário.

Esta é a manifestação, s.m.j., que ora submeto à consideração superior.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2016.



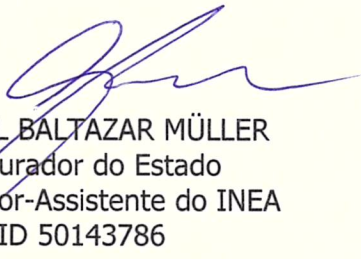
Silas Amaral
Assessor jurídico da Procuradoria do INEA
ID 50374451

V I S T O

1) Aprovo o Parecer 18/2016/SA, da lavra do Dr. Silas Amaral, referente ao exame jurídico da minuta de decreto formulada.

2) À GEAGUA/DISEQ/INEA, em devolução.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2016.


GABRIEL BALTAZAR MÜLLER
Procurador do Estado
Procurador-Assistente do INEA
ID 50143786